

JUSTIFICATIVA PARA OS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA PREVISTOS NO TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL NO MUNICÍPIO DO RECIFE, NO ESTADO DE PERNAMBUCO.

De acordo com o Termo de Referência (79441976), fica estabelecido que:

9.1. O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO será de 10 (dez) meses, a partir da sua data de assinatura, podendo tal prazo ser prorrogado até a efetiva conclusão da obra.

9.2. O PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS será de 4 (quatro) meses, contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviço, contemplando elaboração de projetos, mobilização, obras, entrega de toda documentação (*As Built* e *Data Book*) e desmobilização.

No caso de contratos para elaboração de projetos e execução de obras de engenharia em geral, o prazo de execução total dos serviços está diretamente relacionado ao objeto contratado, e, é determinado com base no Cronograma Físico Financeiro. O cronograma físico de um projeto define a ordem de execução das atividades, estima a duração de cada atividade, identifica os pontos críticos, apresenta as entregas, e pode ser usado para avaliar o progresso do projeto. Para elaborar um cronograma físico, consideramos: o escopo do projeto (disciplinas que o compõe), dados históricos de projetos semelhantes e a duração de projetos similares. Consiste na definição do prazo necessário para execução de cada disciplina individualmente e em conjunto com as demais, levando em conta as interdependências entre elas, observando as disciplinas antecessoras, as que podem ser executadas simultaneamente, e as sucessoras. Todas as disciplinas, distribuídas ao longo do tempo, compõem o cronograma físico de execução do contrato, que também considera os prazos necessários para análise da CEHAB dos produtos recebidos pelos projetistas, os prazos para correções indicadas na análise e os prazos para reanálise e aprovação dos mesmos.

Já o prazo de vigência contratual diz respeito ao período total durante o qual o contrato é válido e pode ser executado, incluindo não apenas a execução dos serviços, mas também a fase de preparação, entrega de documentos, garantias e eventuais prazos para ajustes. Considera não só a execução do objeto, como também as demais obrigações pertinentes ao contrato administrativo, tais como recebimento provisório e definitivo, pagamento, e demais obrigações da contratada quanto às ligações elétricas, o competente habite-se da obra e a certidão negativa

de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis. Assim, o prazo de vigência de 6 meses após o prazo de execução foi definido de acordo com as boas práticas do setor e recomendação da literatura especializada[1].

[1] REIS, Paulo Sérgio de Monteiro. Obras públicas: manual de planejamento, contratação e fiscalização. 3. Ed. Belo Horizonte, Fórum, 2025. P. 193.

Raquel Rêgo Barros Araújo de Vasconcelos

Consultora Técnica

Diretoria de Governança de Projetos



Documento assinado eletronicamente por **RAQUEL REGO BARROS**, em 02/02/2026, às 16:44, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **79441954** e o código CRC **8E807019**.

SECRETARIA DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

Av. Rio Branco, nº 104, - Bairro Recife, Recife/PE - CEP 50030-310, Telefone: